

RECREAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM A PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN

RECREATION IN SPECIAL EDUCATION WITH PEOPLE WITH DOWN SYNDROME

Rosilene Lopes Schabbach¹

Resumo: O presente TCC, tem por finalidade conhecer e discutir o processo de inclusão de uma criança com Síndrome de Down na escola regular, contribuir para o aumento dos estudos sobre as crianças com síndrome de Down, a recreação e a psicomotricidade, valorizar e estimular a autoestima com atividades que possibilitem criar e recriar movimentos experimentando e levando –os a construir valores e atitudes positivas, haja visto que o procedimento de inclusão, exatamente por diferenciar a prática da integração, desafia os sistemas sociais comuns a realizar mudanças fundamentais em seus procedimentos e estruturas. A inclusão social é, portanto um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações seja nos ambientes físicos, na mentalidade das pessoas e do próprio portador. Deve-se haver inclusão na educação, no lazer, na sociedade, no coração. Quando isso se realizar, podemos falar de vida inclusiva.

Palavras chaves: Síndrome de Down, Recreação e Inclusão.

Abstract: This TCC aims to understand and discuss the process of including a child with Down syndrome in a regular school, contribute to the increase in studies on children with Down syndrome, re-

¹ Licenciada em Normal Superior; Licenciada em Pedagogia; Bacharel em Direito; Graduada em Licenciatura em educação especial; Pós-Graduada: Especialização em Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais; Pós-graduada em Coordenação Pedagógica; Cedida para Apae de Campo Verde, no ano de 2013 na função de diretora pedagógica onde está até o momento.

creation and psychomotor skills, and value and stimulate self-esteem with activities that allow them to create and recreate movements, experimenting and leading them to build positive values and attitudes, given that the inclusion procedure, precisely because it differentiates the practice from integration, challenges common social systems to make fundamental changes in their procedures and structures. Social inclusion is, therefore, a process that contributes to the construction of a new type of society through transformations in physical environments, in the mentality of people and in the person with the disease. There must be inclusion in education, in leisure, in society, in the heart. When this is achieved, we can speak of inclusive life.

Keywords: Down syndrome, Recreation and Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende apresentar e identificar as influências da Recreação para o desenvolvimento psicomotor da criança com síndrome de Down, ajudando também contribuir para o aumento dos estudos, a Recreação e a Psicomotricidade, assim como uma reflexão sobre a importância de trabalhar a Educação Especial na construção do conhecimento dos alunos, contribuindo com a compreensão da diversidade e inclusão social.

Segundo o Dicionário Aurélio o significado de Psicomotricidade é, Integração das funções motoras e mentais sob o efeito da educação e do desenvolvimento do sistema nervoso.

As indagações que nos levaram a abordar sobre a Recreação e a Psicomotricidade surgiram no curso de 2ª Licenciatura em Educação Especial a Distância (EAD), com objetivo de contribuir com a formação pessoal, profissional e dar embasamento teórico a prática, sendo que os estudos nas salas ambientes propunham o suporte necessário com material de extrema importância para embasar a prática do profissional.

Professora Efetiva da rede municipal de Campo Verde, lotada no Centro Educacional Paulo

Freire, na Educação Infantil desde abril de 2007, lecionei com turmas de Pré II e III, e cedida para APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde, desde 2013, trabalhando na APAE onde atuo com alunos com Síndrome de Down e outras deficiências o que me levou a buscar e aprofundar meus conhecimentos a cerca deste tema.

Hoje atendemos na APAE 102 alunos em turno matutino e vespertino com idade entre 03 à 72 anos, da zona urbana e rural.

Os alunos da Instituição, contam ainda com um trabalho de aproximação da família com a Entidade, tendo como objetivo propiciar aos alunos uma melhor qualidade de ensino e de vida.

Atualmente a APAE conta com as seguintes parcerias, colaboradores sem distinção, sócios contribuintes, com o convênio da Prefeitura Municipal e do Estado.

A APAE é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional, cultural e de saúde, sem fins lucrativos, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Filiada a Federação estadual (FEAPAEs) e Federação Nacional (FENAPAEs), a APAE de Campo Verde tem desenvolvido suas atividades regulamentadas pela Estatuto das APAEs e pela legislação civil em vigor. Após ser reconhecida como utilidade pública municipal, estadual e federal vem buscando parcerias com o objetivo de oferecer cada vez mais qualidade no atendimento oferecido.

Esse estudo objetiva aprofundar nosso conhecimento a cerca da diversidade dentro de uma escola, bem como buscar conhecimento teórico que irá contribuir com a formação integral dos nossos educandos, buscando promover a aproximação entre a escola, as famílias e a comunidade escolar.

Para a realização da investigação utilizou-se uma pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico e estudo de caso, seguido de uma pesquisa descritiva com a aplicação de dois questionários e entrevistas.

Os principais autores que deram embasamento a pesquisa são: psicomotora de Le Boulch (2001), Sócio construtivista a luz de Vygotsky (1994), e num coletivo sobre o ludus por Dumazedier (1980), Guerra (1996), Huizinga (1996) e Ferreira (2003).

A Recreação comparece como mediadora e suporte para o desenvolvimento. O Espaço recreativo traduz elementos de confrontação da criança com sua cultura corporal, provendo a contextualização do desenvolvimento psicomotor entre outros.

Para a realização do estudo contará com diversos brinquedos, tanto adaptados quanto para uso em geral para que possam ser desenvolvidas habilidades motoras e cognitivas. Será utilizado um espaço para o desenvolvimento de recreações, tais como: amarelinha, karaokê, piscina de bolinha, cantinho da leitura dentre outras, que trabalhem psicomotricidade.

As atividades lúdicas serão conduzidas e direcionadas para trabalhar os objetivos propostos neste trabalho.

A INTEGRAÇÃO EDUCATIVA COM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O lúdico tem sua origem na palavra ludus que quer dizer jogo. O significado foi evoluindo a partir das pesquisas na área da psicomotricidade, sendo considerado mais do que apenas o jogo. O lúdico pode acontecer a partir do brinquedo, das brincadeiras e dos jogos, pois é o momento que a criança entra no seu mundo da imaginação. (RCNEI, 1998)

A ideia de se trabalhar com os alunos Down na APAE e que entendemos que a brincadeira é um componente socialmente construído, que ajuda a criança a entender a si mesma e ao universo cultural em que está inserida. Por isso, julgamos necessário planejar o ambiente lúdico adequado de acordo

com as necessidades das crianças que atendemos. Os equipamentos e os brinquedos escolhidos foram selecionados de acordo com os objetivos e eixos de trabalho da instituição.

Contudo, apesar do acesso à escola as pessoas com deficiências, inclusão ser legalmente garantida, alguns fatores de ordem estrutural, ainda impedem um atendimento de qualidade oferecido por meio da escola, tais como: a ausência de profissionais qualificados para atendê-los, o preconceito, a discriminação e o desconhecimento de pais e professores das anomalias apresentadas por esses indivíduos revelam em grande parte as barreiras que se sucedem na construção de uma sociedade não inclusiva.

Ainda, o usufruto desses direitos é marcado pela resistência que se instalou na escola que, segundo Hallahan e Kauffman (1994) a proposta de “inclusão” sofre considerável resistência, com base nos seguintes argumentos: nem todos os professores e educadores do ensino regular estão dispostos a, ou mesmo são capazes de lidar com todos os tipos de alunos com dificuldades especiais, principalmente com os casos de menor incidência, mas de maior gravidade, que exigem recursos técnicos e serviços diferenciados de apoio. Lembrando que também, há ausência de recursos que favoreçam um ensino de qualidade.

A inclusão do aluno portador de Síndrome de Down requer da escola a necessidade de se desenvolver planos e projetos que enfatizem a integração social e escolar dessas crianças, a preparação da comunidade escolar para compreender e atuar frente às diferenças individuais, e a sensibilização da comunidade em geral quanto à integração escolar e social desses indivíduos.

Entretanto, na teoria sócio interacionista de Vygotsky (1994), a criança com deficiência não é vista como uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente. Desta forma, acredita-se que a inserção da criança portadora de necessidades especiais num meio desafiador, possa estimular novas perspectivas em sua condição de desenvolvimento global.

Para Pueschel 2012, pág. 228.

“À medida que desenvolve seus próprios interesses, perceberá cada vez mais o incremento de benefícios derivados de sua participação em atividades recreativas. Os tipos e as escolhas de atividades recreativas disponíveis são tão diversos quanto o número de crianças, limitados unicamente pela nossa ima-

ginação. Sem dúvida, existem oportunidades suficientes para atender às necessidades de qualquer coisa.

O Manifesto Mundial da Educação Física (FIEP-2000) em seu artigo 18 que endossa o comprometimento dos profissionais dessa área com os portadores de necessidades especiais o qual deixa claro que: “A Educação Física deve ser utilizada na luta contra a discriminação e a exclusão social de qualquer tipo, democratizando as oportunidades de participação das pessoas, com infra-estruturas e condições favoráveis e acessíveis.

Sendo assim, a recreação para a criança especial deve ocorrer da mesma forma como acontece com a criança dita normal, o que difere são as adaptações necessárias a cada caso e os cuidados com a segurança. O Ministério da Educação (2000), por meio dos PCNs da Educação Física, reafirmam que além das questões quanto as adaptações e a segurança:

De acordo com os PCNs:

A aula de Educação Física pode oferecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos. (2000)

A diversidade dos fatores biológicos, das funções e das realizações que existem em todos os seres humanos se faz presente também em crianças com Síndrome de Down como em crianças consideradas normais e, nos profissionais da educação e pais devemos trabalhar de forma a esclarecer relatos enganosos do passado em relação ao portador dessa anomalia, assim como devemos defender a intervenção precoce, o enriquecimento do ambiente, a educação apropriada, e a integração na/e aceitação da sociedade.

De acordo com o RCNEI:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde cedo, poder se comunicar por

meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. (1998, p. 22).

Estudos relacionados a crianças com Síndrome de Dawn nos mostram que, o crescimento físico e o desenvolvimento motor é mais lento, como afirma Le Boulch (2001). A criança portadora de síndrome de Down, desde a fase da educação infantil, apresenta um desenvolvimento global mais lento que as crianças ditas normais, razão esta que justifica a necessidade de estimulação integral por parte dos educadores.

Para Pueschel (2012)

Independente da idade, interesse ou habilidade, há atividades recreativas para atender às necessidades de todas as crianças. É aconselhável apresentar várias experiências às crianças, para que elas tenham oportunidade de descobrir suas áreas particulares de interesse ou destreza. Encontrar uma atividade prazerosa e que resulte em uma experiência bem sucedida fará com que a recreação seja um fator positivo e recompensador em sua vida. (pág. 232)

Sendo de suma importância desde cedo, propiciar atividades de recreação pois, as mesmas desenvolvem experiências sensório-motoras e de outras aprendizagens importantes para ajudar a criança a atingir níveis mais elevados de desempenho e competência onde a alegria e a satisfação derivadas do: jogar bola, do nadar e dos ritmos com movimentos contribuirão de forma a tornar as experiências futuras de vida da criança mais recompensadoras.

Segundo Pueschel (2012)

“Em recreação, a tendência atual tem sido a de integrar as pessoas portadoras de distúrbios de desenvolvimento com seus pares não deficientes em atividades de lazer. Esta reunião de pares, independente do nível variado de suas habilidades, tem se mostrado eficaz em vários contextos, beneficiando os dois grupos de indivíduos. Além de encorajar um maior conscientização das

capacidades do outro, tais programas fornecem uma oportunidade importante para os dois grupos de participantes fazerem novas amizades, desenvolverem habilidades sociais, aumentarem sua autoconfiança e aprenderem um com o outro.” (pág, 233).

A recreação para crianças especiais devem ocorrer da mesma forma como acontece com qualquer outra criança; a diferença está nas adaptações necessárias a cada caso e nos cuidados com segurança, trabalhar a psicomotricidade serve de terapia na mediação corporal e expressiva da criança.

A psicomotricidade está na base do ensino-aprendizagem, as aulas de educação física com crianças com Síndrome de Down abrangem o desenvolvimento motor e intelectual destas. Sabe-se que os estudos atuais investigam as ligações com as áreas psicomotoras como a coordenação motora fina e global, estruturação espacial e orientação temporal, lateralidade, estruturação corporal e as relações com a aprendizagem no contexto escolar.

Segundo Pueschel (2012)

“A recreação desempenha um papel fundamental na vida da criança. Mais do que uma forma de preencher o tempo livre, a recreação deve ser considerada como parte de um estilo de vida saudável e pleno, sendo que o divertimento é um ingrediente obrigatório” (pág. 234)

Aprender a brincar é uma das habilidades mais valiosas que uma criança pode adquirir ao ingressar na escola, o brincar é um veículo natural do crescimento e da aprendizagem. A criança com Síndrome de Down pode aprender uma infinidade de coisas. Cada criança, pode se beneficiar da interação social e de disciplina moderada, trabalhando as habilidades da vida diária, praticando coordenação motora grossa e fina e aprendendo a viver com diferentes tipos de pessoas e comportamentos.

Para Murphy

Toda criança portadora de deficiência deve ter oportunidades de interação com crianças “normais” de idade cronológica compatível, na escola, no bairro, ou em grupos de atividades da comunidade. Isso é benéfico tanto para a criança portadora de deficiência como para a criança “normal”. (pág. 39).

Se a educação tem a função de preparar crianças para que sejam felizes, deve ensinar algumas habilidades fundamentais incluindo aquelas que permitem que o aluno seja o mais independente possível depois de formado, bem como aquelas que promovem interação com todas as pessoas com ou sem deficiências.

CONCLUSÃO

O conteúdo apresentado neste estudo revelou a valorização da subjetividade da criança com síndrome de Down, justificada nos paradigmas psicomotor, sócio interacionista e recreacional.

O interesse e o prazer dispostos na criatividade apresentaram-se como fontes de confrontações e transformações da simbolização, da consciência corporal, de valores, atitudes e do processo educacional como um todo. O brincar por meio dos movimentos naturais e espontâneos da criança, se configurou aqui em um mediador do desenvolvimento global, vislumbrando a complexidade da ressignificação de gestos, posturas, olhares, vozes, escutas e afetos.

Ao assistir a construção psicomotora da pessoa com síndrome de Down que ao dominar os movimentos do eixo e extremidades, nomear as partes do corpo, abstrair-se no movimento dinâmico ou estático, dinamizar o corpo num tempo e espaço determinados, prover a elaboração bilateral e chegar ao núcleo central da personalidade, o professor de Educação Física no lugar de suposto saber, deve ter o compromisso de facilitar através da ação educativa a organização da maturação psicomotora e o aspecto relacional.

A interdisciplinaridade permeou os trabalhos do grupo pesquisado, tanto na interação entre as áreas profissionais, quanto na diversidade das abordagens. Todavia, o planejamento pedagógico da Instituição segue uma linha horizontal única, mesmo que com liberdade para o olhar singular a cada criança.

A espontaneidade e a liberdade do corpo num espaço livre, seja em qualquer momento de sua

dominância, derivou signos de prazer e alegria dimensionando a sustentação da aprendizagem.

Observou-se que a criança com síndrome de Down, como qualquer criança, prefere ser lançada em meio a desafios provocadores de novas aquisições e reorganizações.

A coleta de dados indicou que o tempo disponibilizado para a pesquisa foi insuficiente para a observação de mudanças significativas quanto ao interesse nas atividades lúdicas e no desenvolvimento da imagem corporal em ambos os setores.

Este trabalho teve como objetivo central, identificar as influências da Recreação para o desenvolvimento psicomotor da criança com síndrome de Down, e ainda contribuir com o aumento dos estudos sobre estes assuntos: Recreação, Psicomotricidade, criança com síndrome de Down. Entende-se que os objetivos traçados foram conferidos, na medida em que a Recreação foi analisada em sua influência como importante suporte para o desenvolvimento psicomotor, e esta pesquisa, mediante o embasamento teórico-prático, ficará disponível para somar-se aos trabalhos já realizados nesta área.

REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

COLEÇÃO MEMÓRIA DA PEDAGOGIA, n. 3. Maria Montessori: o indivíduo em liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

FIEP. Manifesto Mundial da Educação Física. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, Editora Kaygangue Ltda, 2000.

HALLAHAN, Dan.; KAUFFMAN, James. Exceptional children. Introduction to special education. 6. ed. Boston: Allyn Bacon, 1994.

LE BOULCH, Jean. O Desenvolvimento Psicomotor. do nascimento até os 6 anos: a psicocinética na idade pré-escolar. 7ª edição. Porto alegre: Artmed, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil: Conhecimento de Mundo – Volume 3. Brasília: 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Volume 7, educação Física. 2ª edição. Rio de Janeiro:DP&A, 2000.

Síndrome de Down: Guia para pais e educadores/Siegfried M. Pueschel (org.); tradução Lucia Helena Reily; revisão técnica Mário Lúcio Uchôa Andrade, Maria Barcellar Monteiro. – 14ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento de ação: necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

VYGOTSKY. L. S. Formação social da mente. São Paulo: Martins fontes, 1994.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. /Ministério da Educação – Brasília: MEC, 2000.